

Cidades Digitais: Classificação e Convergência Tecnológica Municipal¹

Margarete Panerai ARAUJO²

Universidade Feevale – Rio Grande do Sul - RS

RESUMO

O tema deste trabalho está relacionado ao estudo e classificação da gestão das cidades digitais e do governo eletrônico municipal, enquanto, política pública e estratégica de convergência tecnológica, na região do Vale dos Sinos – RS. Nesse artigo, o objetivo geral se configura apenas num recorte das evidências de uma pesquisa maior, assim, analisa os parâmetros da comunicação e a convergência tecnológica, que está sendo desenvolvida. Os procedimentos metodológicos desenvolvem-se por meio da pesquisa descritiva, bibliográfica, documental de caráter qualitativo. Pode-se inferir, que os benefícios advindos destacam-se nas esferas da inovação e aspectos sociais, políticos e econômicos, pois oferecem um cenário das Tecnologias da Informação e Comunicação, delineando uma nova cultura. Os novos conhecimentos oferecem vantagens à adoção de posturas estratégicas nos segmentos públicos.

PALAVRAS-CHAVE: convergência digital; governo eletrônico, gestão pública.

INTRODUÇÃO

No atual cenário mundial de constantes transformações num contexto globalizado e dinâmico, as temáticas de gestão pública a partir das ciberestratégias do e-gov (governo eletrônico) buscam novas orientações pautadas em programas políticos, de forma a avançar na construção de conceitos, no planejamento interno, na formação para cidadania, na adesão de modelos de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que promovam de forma estruturada ações e estratégias de inovação.

O problema de investigação parte de fontes dos conhecimentos (Know-how) adquiridos e da capacidade de reunir e desenhar teoricamente novos cenários considerando o atual objeto de estudo, Governo Eletrônico nos municípios do Vale dos Sinos, como estratégia de gestão do conhecimento e difusão de inovação, ou seja, um tema que concentra as preocupações atuais de nossa sociedade. As categorias tecnologia da informação e a Internet, também vêm caracterizando essa nova fase do processo de globalização da economia, e os governos municipais, apostam nessa mudança destacando,

¹ Trabalho apresentado no GP Conteúdos Digitais e Convergências Tecnológicas do XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Pós-doutorado e doutorado em Comunicação Social. Professora e pesquisadora da Universidade Feevale. E-mail: panerai@feevale.br.

que a gestão do conhecimento do governo digital acelera trocas tecnológicas e se constitui em um guia válido para adoção de novas estratégias.

Cabe ressaltar, que a tecnologia sozinha, não faz política ou revoluciona a cultura. Martinuzzo (2008) deixa claro, que as tecnologias são produzidas e apropriadas de formas diferenciadas, a partir de dinâmicos processos socioeconômicos, culturais e políticos específicos e a influência dos fenômenos sociais é marcada por eles, num complexo movimento histórico de reciprocidades, pois possuem um potencial para modificar, colaborar e reconstruir conexão entre gestores municipais, comunidade e empresas privadas melhorando os relacionamentos e a prestação dos serviços.

Muitos são os estudos na área de gestão, porém, poucos são focados no cenário municipal que relacionam o governo eletrônico e os modelos de adoção da inovação. Por esse motivo que o Ministério das Comunicações lançou um projeto piloto de Cidades Digitais, que deverá atender a 80 municípios de todo o país. Em conjunto com o Programa Nacional de Banda Larga, elaborado pela Secretaria de Inclusão Digital, com órgãos governamentais, o projeto pretende resolver os anseios e às novas necessidades das administrações municipais, tendo por base cinco pressupostos fundamentais: simplicidade, escalabilidade, durabilidade, expansibilidade e sustentabilidade (BRASIL, 2012).

Ao desvelar essas questões através da pesquisa e da investigação científica, busca-se evidenciar o problema: Como a região do Vale dos Sinos, através de sua gestão pública de implantação do governo eletrônico municipal vem garantindo uma política estratégica, que orienta a sociedade para a modernização e desenvolvimento do seu território considerando as dimensões da teoria de inovação e formação do conhecimento?

O programa de governo eletrônico vem sendo definido como instrumento de gestão e transparência à disposição do governo, orientando a sociedade para a modernização e desenvolvimento do seu território. Contudo, pode-se afirmar também, que as políticas de inovação, e conhecimento ainda carecem de aprimoramento, divulgação, diálogo entre as partes e planejamento na gestão necessitando de condições institucionais para a sua efetiva implantação e total transparência.

O objetivo geral, desse artigo consiste em apresentar algumas evidências de pesquisa de dois municípios da região do Vale dos Sinos, relacionadas aos parâmetros de avaliação da comunicação dos sites municipais e a convergência tecnológica, que está sendo desenvolvida. As políticas de implantação e gestão do governo eletrônico criaram oportunidades de modernização e desenvolvimento para as cidades digitais fomentando

inovação e formação do conhecimento capaz de apoiar e orientar a sociedade garantindo estratégias de gestão e transparência.

Assim, primeiramente, o artigo, aborda um rápido panorama de mudanças tecnológicas frente ao reconhecimento político municipal. Posteriormente, verificam-se os sites do governo eletrônico, comparativamente e conceitualmente delimitado por Martinuzo (2008) caracterizando algumas das propostas da cidade digital. Também os graus avaliativos de Gomes (2005) caracterizam sobre o que as práticas digitais podem trazer aos governos, e a possibilidade de modificar a percepção do cidadão. O impacto da Internet e de novas tecnologias de rede sobre processos e resultados do governo, colaboram com o objetivo de ofertar acesso às informações de interesse público.

Tecnologias de Informação e Comunicação e os Governos Eletrônicos

Primeiramente é importante uma contextualização, visto que, na atualidade o grande desafio dos gestores resulta na chamada sociedade do conhecimento e essas novas condições têm um embasamento técnico voltado para as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). As heranças acerca do papel da administração pública, nesse novo contexto político do país baseiam-se nas reformas de estruturas administrativas e burocráticas, mas também, no jogo social, econômico, com objetivo maior de garantir reconhecimento dos principais atores e das políticas, enfatizando o processo de modernização e desdobramentos de inovação.

Para Cavalcanti e Peci (2005) essa proposta de redimensionamento depende de infinitas mediações burocráticas e de políticas para melhorar a gestão do setor público priorizando uma agenda e ocupando um espaço maior na discussão pública. Este tipo de interferência objetivou para os governos uma desburocratização, abreviando a solução, simplificando e otimizando os processos administrativos, eliminando formalidades e exigências burocráticas, que não se justificam e oneram os cofres públicos (CHAHIN, 2004).

Essas novas formas de gestão apontam renovações em todas as áreas quebrando barreiras geográficas, oportunizando desenvolvimento das instituições representativas, dos direitos e políticas públicas com forte impacto sobre as estruturas organizacionais. Nos estudos de Lemos (2007) Zweers & Planqué (2001) e Pinho (2008) destacam-se o conceito do E-gov, enquanto novo gerenciamento dessas organizações governamentais, bem como, ferramentas com um enfoque complementar de planejamento, acessibilidade às

informações, construção de alianças e redes, novas tecnologias e serviços, ética, e também participação popular.

Na análise de dados efetuada por Lemos (2007), os serviços públicos foram disponibilizados, através do meio eletrônico pelo Governo, desencadeando a necessidade de uma política mais integrada e abrangente. Dessa forma, é possível consolidar os resultados positivos e a evolução em direção à efetiva universalização do acesso às tecnologias da informação e aos serviços de interesse. O que se viu, conforme Lemos (2007), naquele momento foi à oferta de serviços governamentais através da internet, demandantes de tecnologia, à qual nem toda a população tinha acesso.

As novas medidas governamentais, para a promoção das novas formas eletrônicas de interação entre o governo e o cidadão favorecem a demonstração de identidade do governo, suas metas, suas realizações, possibilitando a concentração e disponibilização de serviços, informações, e o acesso. A emergência desses espaços e ambientes virtuais pressupõe uma desterritorialização que, conforme Levy (1999) encoraja um novo estilo de relacionamento independente dos lugares geográficos, do tempo, consolidando uma novidade absoluta.

Muitos são os estágios dessa estrutura em um governo. Para uma análise do *e-gov*, convém lembrar que Gomes (2005) e o Martinuzo (2008) caracterizam os portais governamentais de quatro formas, a saber: informativa ou elementar; interativa, transacional e de implantação do *e-government*. A análise das telas dos portais de governo eletrônico podem ser categorizadas como informação, comunicação, serviço, participação e ainda, mobilização, cuja proposta avalia níveis de interatividade e a utilização de recursos hipermediáticos, fazendo um mapeamento parcial dos portais da política de *e-gov*.

O primeiro estágio consiste na criação de *sites*, para difusão de informações dentro dos mais diversos órgãos e departamentos de governo. São informações reunidas em um portal oficial, cuja finalidade é informativa (*information*). Esse é o grau de democracia digital mais elementar, que pode ser caracterizado pela ênfase na disponibilidade da informação e na prestação de serviços públicos, baseado em Gomes (2005, p. 221).

No segundo estágio, as informações e os dados, por parte dos cidadãos, das empresas e de outros órgãos, podem ser utilizados através da Internet, para declaração do imposto de renda, mudança de endereço, reclamações e sugestões através de um acesso, com as diferentes repartições, ou, ainda, efetuar o cadastro *on-line* de sua empresa. Ou seja, os serviços, que envolvem burocracia passaram a ser disponibilizados pela *Web*. Nesse âmbito,

o *site* governamental passa a ser interativo (*interaction*), pois disponibiliza aos usuários alguns serviços *on-line*. De fato, ainda não existe um diálogo efetivo com o cidadão sendo um estágio intermediário.

O terceiro estágio é o de implantação do *e-government*, no qual as transações se tornam um pouco mais complexas e o *site* passa a ter um caráter transacional (*transaction*), mas ainda intermediário. Nessa etapa, Gomes (2005) assinala que é possível troca de valores financeiros quantificáveis, como pagamentos de contas e impostos, educação à distância, matrículas na rede pública, marcação de consultas médicas, compra de materiais, etc. Ou seja, além das informações, são valores, serviços prestados e realizados diretamente pela Internet. Essas trocas fazem parte do estágio *e-government*.

O estágio interativo para Martinuzo (2008) descreve que o portal não é mais um simples índice de *sites*, mas uma plataforma de “convergência de serviços prestados pelo governo”. O usuário, ao acessar o *site* do governo, não precisa se reportar aos diferentes órgãos e departamentos, mas, em um único portal e com uma única senha, qualificada como assinatura eletrônica, é possível resolver tudo o que precisa. De acordo com Gomes (2005), esse enfoque, envolve o grau que corresponde a um modelo de democracia deliberativa e concentra formas de diálogo democrático, entre os participantes.

Nesse momento, de convergência digital, Martinuzo (2008) e Gomes (2005) descrevem a necessidade de múltiplas conexões, visto que, se vive ainda em uma sociedade em face da globalização, com velhos problemas, como exclusão social, desigualdade e miséria, e a implementação de princípios novos. Esses princípios devem ser seguidos, desde a promoção da cidadania; indissociabilidade entre inclusão digital e governo eletrônico, além da utilização do *software* livre, como outros recursos estratégicos. Nesse sentido, os estágios e graus de classificação dos portais de forma resumida são apresentados a seguir:

Categorias	1º estágio: Elementar	2º estágio: Intermediário	3º estágio: Interativo
Informação – Ação em favor da transparência e fortalecimento/suporte da cidadania	Dados institucionais, contatos com a administração (telefones, e-mails e endereços).	Publicações oficiais, legislações, estatísticas, avaliações, programas oficiais de governo.	Customização na solicitação e envio de dados de acordo com interesses pessoais/coletivos e comunitários.
Comunicação – ação discursiva para prestação de contas, persuasão e convencimento político.	Notícias (press releases, com leads, fotografia etc.).	Artigos, resenhas, reportagens. Promoções e propagandas/anúncios institucionais.	Uso dos conteúdos citados com recursos de multimídia (áudio e vídeo). Agendamento de entrevistas on-line. Entrevistas on-line (chats jornalísticos).
Serviço – ação para qualificar e ampliar o atendimento ao público (rapidez, eficácia, menos custos).	Divulgação/informação, consulta de andamento de processos.	Oferta de formulários para impressão, modificações de bancos de dados, envio de dados online.	Transações que impliquem pagamentos, emissão de certidões legalmente válidas, entregas de declarações.

Participação / Mobilização – ação para buscar, ampliar e potencializar a influência dos Cidadãos no planejamento, implementação, condução e avaliação das políticas e programas públicos.	E-mails, formulários, “fale conosco”.	Enquetes, pesquisas, consultas públicas, Ouvidoria.	Chats para discussão de temas relevantes coletivamente; e submissão de projetos de lei e programas governamentais à opinião pública, com espaços claros de posicionamento, ferramentas e metodologias de utilização dessas contribuições, e mecanismos de prestação de contas dos resultados.
---	---------------------------------------	---	---

Tabela 1 – Graus de classificação dos portais
Fonte: (MARTINUZZO, 2008)

Convém lembrar, num outro grau de democracia digital apresentado por Gomes (2005), que seria de democracia plena, e apesar de não estar classificado no quadro acima, o modelo de Tecnologias de Informação e Comunicação teria uma função fundamental.

Gestão Pública

A categoria gestão pública, tem seu principal agente de fomento, o papel no desenvolvimento político, econômico, social e ambiental. Esta é a responsabilidade, modernamente, de um Estado servidor, pronto para proteger e assegurar as condições para que o sistema se mantenha e evolua. Reconhecendo as potencialidades relacionadas aos atores sociais envolvidos, na gestão da coisa pública, a literatura vem enfatizando o tema de "governança" como uma nova tendência de administração pública e de gestão de políticas públicas.

Desde os anos 30, segundo Bittencourt e Zouain (2010) a vida e o desenvolvimento da administração pública do país vem se aperfeiçoando, e a própria constituição de capacidades técnica e gerenciais no âmbito das organizações criou condições favoráveis à execução de serviços de forma eficiente e produtiva. A profissionalização das gerencias públicas e a aplicação de modernas tecnologias de gestão vem garantindo a qualidade e o manejo adequado dos programas prioritários de governo, viabilizando a implementação das políticas.

Duas concepções, conforme Bittencourt e Zouain (2010) são de grande valia, para a análise de governos locais no Brasil. Na prática da administração municipal, existe uma influência das condições reais, muitas vezes restritivas, com as quais os governos locais se defrontam, em duas abordagens. Governos municipais, tradicionalmente de esquerda, e comprometidos com o discurso democrático-participativo, recorrem crescentemente a instrumentos de gestão defendidos pelo novo gerencialismo. Por outro lado, governos do

campo político de tendência neoliberal, advogando a revolução gerencial no setor público, e abrem espaços para participação em função da perda de legitimidade política e das crescentes demandas sociais.

A distinção entre as duas abordagens, antagônicas nas suas origens, demonstram de um lado, que o discurso da cidadania e da participação pública entrou nas concepções gerenciais e, de outro, estratégias de privatização e parcerias público-privado são cada vez mais defendidas pelos adeptos do modelo democrático-participativo. Salienta-se, que a participação pública não se deve apenas à vontade política, ou ao estabelecimento de condições favoráveis para a gestão integrada em rede. Esses fatores são importantes, frente à frágil cultura participativa do Brasil, conforme, Bittencourt e Zouain (2010).

Tendo em vista, os históricos referentes ao processo participativo, caracterizado pelo autoritarismo social e o populismo político (Chauí, 1994), a qualidade da participação passa necessariamente pela ocupação e formação, dos novos espaços públicos de intermediação e negociação, ou seja, pela ativação da relação entre Estado e sociedade civil. Complementando, Zouain (2003) acentua que, em todo o Brasil, as instituições adquirem diferentes denominações, estruturas organizacionais e linhas essências, ao desenvolvimento da administração pública. A constituição dessas capacidades técnicas e gerenciais no âmbito das organizações públicas criam condições favoráveis à execução de serviços, de forma eficiente e produtiva, bem como, a aplicação de modernas tecnologias de gestão podem garantir uma melhor qualidade e o manejo adequado dos programas prioritários do governo.

Análise das Evidências

Essa investigação privilegia os sites identificados como portais de governo eletrônico pelas administrações locais no Vale dos Sinos do Rio Grande do sul, com uma área (2010) de 1.398,5 km²; com uma população total de 1.290.491 habitantes no ano de 2010. Esta região, segundo a FEE (2012) é o maior *cluster* calçadista do mundo. Os calçados produzidos na região são exportados para mais de 130 países e este setor concentra 26,2% da indústria do Brasil.

Essa investigação privilegia a análise de dois sites dos 14 municípios, que compõem a região, e que foram identificados com portais de governo de cidades digitais, segundo o

Ministério das Comunicações (BRASIL, 2012) . São os municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo.

Quando inaugurado, no Brasil o e-governo (1990) demonstrou potenciais e concentraram-se na sociedade da informação, possibilitando a institucionalização de políticas, assentadas em bases neoliberais, com propostas de reformulação do Estado e atendimento aos cidadãos. Assim, do ponto de vista da infraestrutura, essas cidades da região do Vale dos Sinos, foi construído um anel óptico com ponto de enlace a um tronco nacional e pontos de acesso locais em órgãos do governo municipal e em alguns espaços públicos. A tecnologia desenvolvida permanecerá em uso por muito tempo e será capaz de suportar a expansão da rede. Esse projeto estruturante prevê sua implantação de serviços e a expansão da cobertura poderá ser ampliada com novas tecnologias (BRASIL, 2012).

O município de São Leopoldo, cujo site é <www.saoleopoldo.rs.gov.br/> atualmente já tem seu governo eletrônico. Município fundado em 1824, é o berço da colonização alemã no Brasil, e conta com uma população de 209.611 habitantes, destacando-se como o quarto município da Região Metropolitana de Porto Alegre, que mais recebe pessoas para trabalhar ou estudar. A cidade é sede de diversas empresas que fornecem matéria-prima, para os mais variados segmentos da indústria e conta com um dos primeiros Parques Tecnológicos do País.

Pode-se verificar, no portal do município, que o internauta encontra, na *homepage*, uma página com cores vivas, verde e azul, com muitas fotos e informações e, um conjunto de *links* voltados para os dados da cidade, desde sua localização, caracterização, legislação, dados sócio econômicos, mapas, atrativos turísticos, como hotéis e gastronomia, e fotos. Na mesma lateral notam-se informações do gabinete do prefeito, das diretorias administrativas vinculadas e do gabinete da primeira dama. Também, nessa aba encontram-se o Portal de Transparência. Segue *link* para todas as secretarias municipais e suas divisões e projetos, hospitais, conselhos municipais e as agendas de eventos e do prefeito.

No centro da *homepage*, demonstram-se as informações consideradas de maior relevância, com uma média de 11 notícias, que compõem a página inicial, sempre com informações sobre o governo, com fotos e detalhes, geralmente, apresentados no formato jornalismo de serviço. No lado direito, nota-se a agenda dos eventos, a nota fiscal de serviços eletrônicos, um novo acesso ao portal de transparência, a biblioteca municipal, as legislações, licitações, calendário de reuniões do orçamento participativo, propagandas, etc.

Na aba superior, ainda repetem, alguns serviços *on line*, facilitando o acesso e entendimento. Percebe-se listadas as entidades de apoio, contato direto com a prefeitura, notícias de interesse público, *web e-mail* municipal e portal do servidor. O mapa do site é bem organizado, com possibilidade de busca de forma específica. Nesse sentido, Martinuzzo (2008) destaca teoricamente, que detalhes sobre a população, a história, os símbolos, a geografia, etc. além dos dados institucionais de uso intensivo dos recursos de comunicação e das ferramentas hipermediáticas à disposição na *Web*, colaboram com a identidade da região.

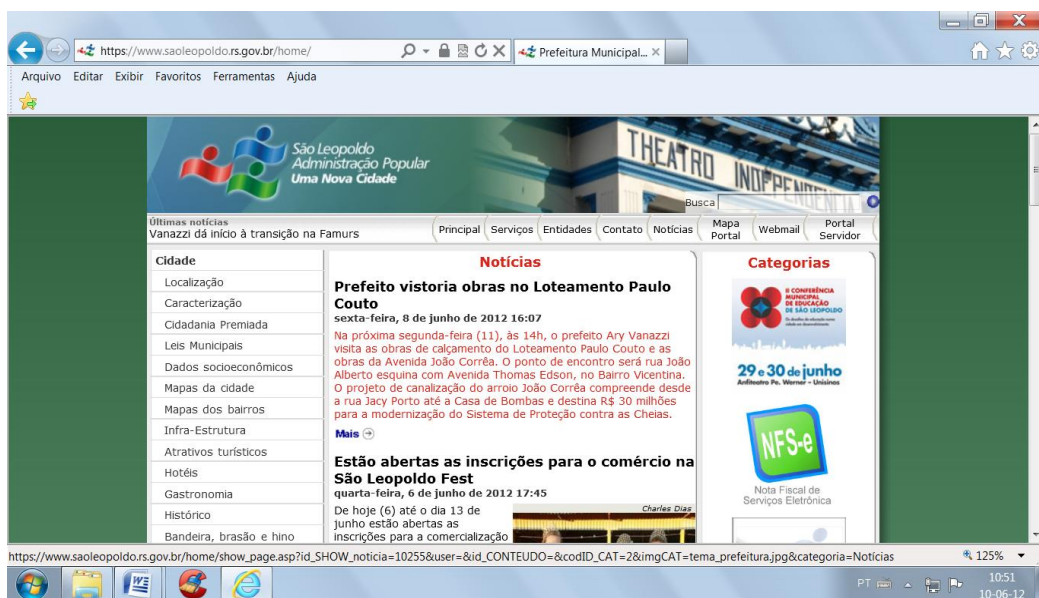


Figura 1: Página inicial do *site*.

Fonte: <[http:// www.saoleopoldo.rs.gov.br/](http://www.saoleopoldo.rs.gov.br/)>.

Para Martinuzzo (2008), o e-gov integrou, institucionalmente, um conjunto de ações para a reforma estatal conduzido pelo Comitê de implantação em 1995. Assim, por ser antigo, vem se destacado no Programa de Modernização da Gestão Pública e seus objetivos de política digital, afirmam que essa estratégia, é a porta de entrada às informações e aos serviços prestados pelo setor público, sendo um canal de comunicação entre o governo e a sociedade. O portal do governo eletrônico está alinhado a uma proposta de hegemonia concreta, seus novos passos garantem as categorias de conteúdo e seus níveis são registrados com bons índices.

Defende-se a ideia de que o *e-Gov* deve ser um eficiente integrador de sistemas de desenvolvimento do cidadão. Portanto, as áreas de atuação devem ser transparentes, de

crescimento, equidade, diversidade, consenso e participação. O projeto Infovia Municipal de São Leopoldo foi desenvolvido, como um sistema de comunicação que interligasse todas as unidades administrativas, desde os projetos até a prestação dos serviços aos cidadãos e a redução do custo operacional em comunicações e telefonia.

O sistema tem o objetivo de prover uma infraestrutura privada de comunicação de voz, dados e imagem, com a qualidade necessária, menor custo, e com grau de segurança adequado para todas as unidades da administração pública municipal. Com um sistema de comunicação próprio é realizado por rádio wireless Wimax em 5.8 GHz e links de fibra ótica (*SITE DE SÃO LEOPOLDO*, 2012). Todo o projeto é composto por duas dúzias de rádios repetidoras, nos prédios mais altos da cidade e alguns rádios menores em cada um dos prédios públicos (secretarias, escolas e postos de saúde), que integrados, com 30 quilômetros de fibra ótica, atendem plenamente a necessidade de interconexão e disponibilizam infraestrutura de comunicação para funcionamento dos diferentes sistemas (monitoramento, alarmes, redes de dados, telefonia, etc.), (*SITE DE SÃO LEOPOLDO*, 2012).

O sistema de comunicação moderno permite convergência simples e direta, com outros equipamentos como computadores, celulares, câmeras sensores, equipamentos telefônicos e caracterizou o município de São Leopoldo como uma Cidade Digital. A infovia municipal está sendo implantada em cinco etapas sendo que, as quatro primeiras já foram concluídas. Ainda em elaboração, a interligação das unidades da Secretaria de Saúde e a ampliação do sistema de monitoramento com sessenta e cinco (65) câmeras foi efetuada no período entre 2007 a 2011, com recursos próprios e desta forma, vem sendo mantido em plena disponibilidade.

Os resultados são modernização da Administração Pública, melhoria na qualidade dos serviços prestados, economia de recursos com Retorno de Investimentos (ROI) gerando a desativação dos recursos contratados junto às operadoras, circuitos dedicados ou linhas privativas de comunicação de dados, Frame-Relay, ADSL, etc. Assim, a infovia municipal de São Leopoldo, está integrando redes sem fio à rede de fibras ópticas construída em 2009, com 25 km. Um exemplo disso, foi a conexão das escolas em rede, que contribuiu, para avançar no processo de informatização na área de educação com a instalação do Sistema Gerenciamento da Administração Escolar.

Na segunda etapa, a prefeitura, também está adotando um novo sistema de telefonia, que terá voz sobre IP e ramais DDR (Discagem Direta Ramal) sem utilização da

operadora. Segue foto de satélite do projeto.

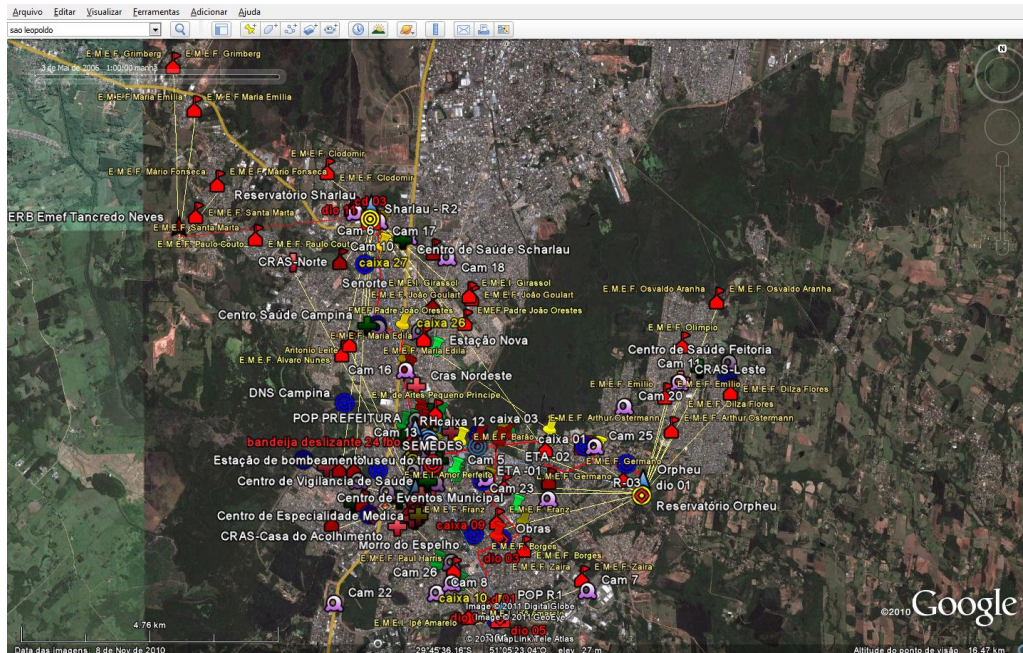


Figura 2: Foto do satélite do projeto cidade digital de São Leopoldo no Google Earth
Fonte: <[http:// www.saoleopoldo.rs.gov.br/](http://www.saoleopoldo.rs.gov.br/)>.

O segundo município é Novo Hamburgo, e seu *site* de governo eletrônico é acessado a partir do endereço < www.novohamburgo.rs.gov.br/>. A cidade Capital do Sapato está situado no Vale dos Sinos, a cerca de quarenta quilômetros de Porto Alegre. O município, banhado pelo rio dos Sinos, e compreende uma área de 223 km², contando com uma população de 239 051 habitantes. Possui concentração de indústrias de calçados e de seus elementos, além de incubadora tecnológica e universidade.

Verifica-se no portal, que o internauta encontra, na *homepage* do município, uma página em azul claro, que altera as cores e notícias constantemente. Os *links* destacam nas abas, os públicos de interesse como cidadão, empresa, e o institucional da cidade, além das notícias. À esquerda encontram-se novamente os acessos a *links*, e ao cidadão, tendo a Lei de Acesso à Informação em destaque, além dos concursos, processo seletivos, portal de transparência, contas públicas, leis orçamentárias, cronogramas, legislação, formulários e requerimentos.

Voltado às empresas encontram-se guias e licitações, legislações e demais formulários e requerimentos. No site institucional tem-se acesso a todas as secretarias, gabinetes e autarquias, bem como, notícias, orçamento participativo e o projeto mundi, que

envolve atividades de educação, esporte, lazer, música, coral, brincadeiras, psicomotricidade, atividades para adolescentes, etc.



Figura 3: Página inicial do *site* .
Fonte: <[http:// www.novohamburgo.rs.gov.br/](http://www.novohamburgo.rs.gov.br/)>.

O município foi considerado Cidade Digital, devido sua infraestrutura de rede de banda larga, sendo um dos poucos, que dedicou uma secretaria específica para Tecnologia da Informação e Inclusão Digital (SETID), e oferece a organização e operação do ambiente de Tecnologia da Informação, para toda a Prefeitura, em sua estrutura organizacional, além da ligação com os demais poderes e entidades da sociedade civil. Tem o objetivo maior de desenvolver uma gestão de rede corporativa, com uma gerência para a segurança dos dados e processos informatizados utilizados pelo Município (*SITE NOVO HAMBURGO*, 2012).

Engloba ainda, a responsabilidade dos programas e projetos, que fazem com que as tecnologias da informação levem benefício aos cidadãos. A informatização da saúde, da educação, da assistência social e a disponibilização de serviços aos cidadãos, com 11 telecentros monitorados, através da web são essenciais no projeto. O resumo das classificações de comunicação dos portais ficou da seguinte forma para os municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo:

Informação – são aquelas ações em favor da transparência e fortalecimento, que oferecem suporte a cidadania. São Leopoldo e Novo Hamburgo tem uma informação Interativa no seu *site*..

Comunicação – são as ações discursivas para prestação de contas, persuasão e convencimento político. São Leopoldo é Interativo; e Novo Hamburgo tem uma comunicação Intermediária.

Serviços – são as ações para qualificar e ampliar o atendimento ao público (rapidez, eficácia, menos custos). São Leopoldo e Novo Hamburgo têm os serviços de seu site Interativos.

Participação e Mobilização – são as ações para ampliar e potencializar a influência dos cidadãos no planejamento, implementação, condução e avaliação das políticas e programas públicos. São Leopoldo e Novo Hamburgo têm os serviços de participação e mobilização do seu *site* de forma Intermediária.

Nesse sentido, ao responder o questionamento inicial é possível avaliar, que a região do Vale dos Sinos, através de sua gestão pública, realmente está garantindo uma política estratégica, de modernização e desenvolvimento do seu território, considerando as dimensões de inovação, que estão sendo oportunizadas pela infraestrutura das cidades digitais. Assim, para Gomes (2005), a democracia digital se apresenta como uma oportunidade de superação das deficiências do estágio atual da democracia liberal.

Essa percepção de que as instituições, os atores e as práticas políticas, nas democracias liberais, estão em crise recai, especialmente, na fraca participação política dos cidadãos e na grande divisão da esfera civil e da esfera política. Isso, portanto, pontua que a crise, tem também um padrão simbólico da experiência democrática, que pretende que o cidadão, o povo e a esfera civil governem juntos, sendo a cidade digital, o primeiro passo, para a chamada ciberdemocracia.

Conclusões

Esta análise, mesmo que parcial, sobre a região do Vale dos Sinos, permite refletir que a democracia digital, a partir dos *sites*, pode trazer possibilidades de extensão das oportunidades democráticas. A introdução de uma infraestrutura tecnológica permite visualizar os parâmetros de avaliação desenvolvidos, proporcionando uma reflexão sobre a

cultura política, que é compartilhada pelos governos municipais contemporâneos, segundo Gomes (2005).

O projeto nacional, com seus cinco pressupostos, simplicidade, escalabilidade, durabilidade, expansibilidade e sustentabilidade (BRASIL, 2012), destacam a qualidade da gestão pública e das instituições, que levam em conta, os esforços, para promover o desenvolvimento da região, assegurando a equidade e a competitividade, segundo Putnam e Leonardi (1996). Tudo indica que o engajamento dos indivíduos integra a participação de modo durável e organizado para a sociedade civil, dessa forma, em linhas gerais, pode-se concluir, que os *sites* em estudo apresentam uma democracia digital intermediária, baseada na informação, na centralização da prestação de alguns serviços públicos, desburocratizando parcialmente a relação tributária entre cidadão e governo.

Esses pontos de reflexão, segundo Araujo (2010) indicam, que apesar do discurso de modernização dos governos, os portais se mostram avançados, porém ainda, pouco significativos, sobretudo, porque não há grandes níveis participação civil a ponto de promover alterações na cultura política. A pesquisa investigou parcialmente, subsídios, das cidades digitais, operacionalizando a análise dos *sites* e serviços, que já são dispositivos para a participação digital e contém representação social. Os benefícios de inovação das cidades digitais oferecem conhecimento aos segmentos públicos e um processo de fortalecimento da democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, M. P.. **Governo eletrônico: políticas de gestão, comunicação e participação no estado do Rio Grande do Sul**. Relatório de Pós-doutorado do programa de pós-graduação em comunicação, região e cidadania (Estágio de Pós-doutorado em Comunicação social). Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. 2012. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/aco-es-e-programas/cidades-digitais/254-temas/cidades-digitais/24977-selecao-de-cidades>. Acesso em: 10 junho de 2012.

BITTENCOURT, M.A.; ZOUAIN, D. M. Escolas de Governo e a Profissionalização do Servidor Público: Estudo dos Casos da Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas – ESPEA e da Fundação Escola de Serviço Público Municipal de Manaus – FESPM. In **Revista do Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial da Universidade Estácio de Sá**, Rio de Janeiro, ano 10, v.14, n.2, p.75-94, maio/setembro, 2010.

CAVALCANTI, B. S.; PECI, A. Além da (re)forma do aparelho do Estado: para uma nova política de gestão pública. In CAVALCANTI, B. S.; RUEDIGER, M. A.; SOBREIRA, R.(Org.). **Desenvolvimento e construção Nacional: políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CHAHIN, A. et al. **E-gov.br: a próxima revolução brasileira**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

CHAUI, M. Raízes teológicas do populismo no Brasil: tecnocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In DAGNINO E. (Org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política, **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, v 7, Nº 3., Setembro- Dezembro de 2005. Disponível em: <http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/fronteiras/index>. Acesso em: 20 julho de 2010.

GUIA DAS CIDADES DIGITAIS. Disponível em: <<http://www.guiadascidadesdigitais.com.br/site/pagina/construo-da-infovia-entra-na-reta-final.>> Acesso em: 15 junho de 2012.

GUIA DAS CIDADES DIGITAIS. Disponível em: <<http://www.wirelessmundi.inf.br/index.php/noticias/15-geral/323-sao-leopoldo-inicia-segunda-etapa-da-infovia-municipal.>> Acesso em: 15 junho de 2012.

LEMOS, A., et. al. Cidade, Tecnologia e Interface – análise de interfaces de portais governamentais brasileiros: uma proposta metodológica. **Revista fronteiras: estudo midiático**, São Leopoldo, v. VI, n. 2, p. 117-136, jan/dez 2004. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/artigos.html>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARTINUZZO, J. A. Governo eletrônico no Mercosul: o retrato segundo os portais federais de e-gov, **Revista de economía política de las tecnologías de la información y comunicación**, Aracaju, v. X, nº 1, jan/abr, 2008. Disponível em: www.eptic.com.br. Acesso em: 15 junho de 2010.

Portal de governo eletrônico do Brasil (2008): Conheça nossa “Política de Privacidade”. Disponível em: <www.governoeletronico.gov.br> Acesso em: 23 de junho de 2010.

Portal do município de São Leopoldo. Disponível em: <www.saoleopoldo.rs.gov.br> Acesso em: 10 junho de 2012.

Portal do município de Novo Hamburgo. Disponível em: <www.novohamburgo.rs.gov.br> Acesso em: 10 junho de 2012.

Portal da Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: <<http://www.fee.tc.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>> Acesso em: 10 junho de 2012.

PUTNAM, Robert D.; LEONARDI, Robert D.; NANETTI, Raffaella Y. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ZOUAIN, D.M. Escolas de governo e escolas de serviço público: limites e problemas. In: Congresso internacional del clad sobre la reforma del estado y de la administracion publica, 8., 2003. **Anais...** Panamá: CLAD, 2003.

Zweers K & Planqué K. Electronic Government. From a Organizational Based Perspective Towards a Client Oriented Approach, In: **Designing E-Government**, Prins J.E.J. (ed.), Kluwer Law International, 2001.